Boletim da ABPI
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL
Dezembro de 2004 - nº 60

Agenda de propriedade intelectual no Congresso Nacional

O deputado Federal Gonzaga Mota conversou com diretores e associados da ABPI e garantiu que estão abertos o canal de comunicação e o fórum institucionalizado da propriedade intelectual na Câmara dos Deputados, com a criação da subcomissão especializada no tema. **Página 4**





Assembléias gerais no dia 16 de dezembro

A última reunião do Comitê Executivo e do Conselho Diretor tem como pauta a Assembléia Geral Ordinária - AGO às 9h30 e uma Assembléia Geral Extraordinária - AGE às 11h00 para deliberar sobre alteração estatutária. As assembléias terão lugar no Jockey Club de São Paulo. O almoço, a partir das 12h30, terá a conotação de confraternização conjunta ABAPI e ABPI. **Página 3**

ABPI defende maior punição a violações da propriedade intelectual

O presidente Gustavo S. Leonardos defendeu no seminário "Pensando o Brasil", promovido pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, na Câmara dos Deputados, maiores rigor e punições às violações do direito da propriedade intelectual, conforme projeto de lei proposto pela ABPI. **Página 3**

ABPI é um dos catorze integrantes do Conselho de Combate à Pirataria

O ministro Márcio Thomaz Bastos, da Justiça, deu posse aos membros do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, entre os quais o presidente da ABPI, Gustavo S. Leonardos, como titular, e o 2º vice-presidente Rodrigo S. Bonan de Aguiar, como suplente. **Página 8**

Assembléias gerais no dia 16 em São Paulo

Ordinária e extraordinária às 9h30 e 11h00

Na última reunião do ano, a ABPI convoca seus associados para Assembléia Geral Ordinária às 9h30 no Jockey Club de São Paulo (Prado), na avenida Lineu de Paula Machado nº 1263, 2º andar, Cidade Jardim, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para deliberar sobre a ordem do dia:

(a) Relatório Geral das Atividades da Presidência no período de 01/01/2004 a 31/12/2004;

(b) Relatório das Atividades da Diretora Editora no período de 01/01/2004 a 31/12/2004;

(c) Relatório das Atividades do Diretor Relator no período de 01/01/2004 a 31/12/2004 e discussão de eventuais propostas de Resolução;

(d) Balanço Patrimonial relativo ao exercício encerrado em 31/12/2003 e parecer dos auditores independentes;

(e) Orçamento para o próximo exercício, com a fixação das contribuições sociais para o ano de 2005;

(f) Assuntos gerais

Às 11h00, a Assembléia Geral Extraordinária, por solicitação de José Carlos Tinoco Soares, para alteração do Estatuto:

(a) alteração do Estatuto para limitar o direito de voto dos membros pertencentes a uma única pessoa jurídica, associação profissional ou grupo econômico a não mais de 10% do total de associados da ABPI;

(b) alteração do art. 17 do Estatuto para permitir que também em hipótese de afastamento da aplicabilidade de qualquer artigo do Código Civil, introduzido pela Lei 10.406/2002, os dispositivos deste Estatuto que tenham sido alterados em decorrência daquele artigo do Código Civil voltem a ter a sua redação anterior.

Os membros que não puderem comparecer devem enviar à Assembléia pronunciamento, por escrito, conforme modelo distribuído, **até 15 de dezembro de 2004**.

ABPI aos deputados: falta da proteção à propriedade afasta investidores

O crescimento do mercado informal, responsável por 40% da renda nacional e 55% dos trabalhadores brasileiros, preocupa autoridades e especialistas. Pesquisa do Banco Mundial apontou que 40% dos empresários do país sentem-se inseguros em relação à lei do direito à propriedade. Os investidores brasileiros desconfiam do poder da Justiça para validar o direito à propriedade intelectual. O presidente da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual (ABPI), Gustavo S. Leonardos, utilizou estes dados, durante o seminário "Pensando o Brasil", na Câmara dos Deputados, em Brasília, no dia 7 de dezembro, para mostrar aos parlamentares a importância da defesa da propriedade.

"Não adianta apenas promover campanhas educativas para convencer a população mais pobre a não consumir produtos pirateados. Existe uma deficiência legislativa que precisa ser consertada", alertou Leonardos. De acordo com ele, apesar da proibição legal, ninguém cumpre pena privativa de liberdade por violar exclusivamente direitos de propriedade intelectual, e as indenizações, geralmente, são mínimas. "O atual governo propôs com coragem mudanças para remover o que impedia nossa verdadeira capacitação tecnológica e alimentava o comércio informal", analisa. Para ele, agora é necessário acelerar os trabalhos de implementação dos instrumentos voltados à retomada do crescimento econômico-social. Gustavo Leonardos ressaltou ainda que os pedidos de patente sofrem com demoras de até oito anos para concessão, sem falar na exorbitante quantidade de brasileiros na informalidade sem quaisquer direitos trabalhistas.

Durante o seminário, o secretário executivo do Ministério da Justiça, Luiz Paulo Barreto, destacou que a pirataria implica a perda anual de R$ 84 bilhões em arrecadação. O secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, acredita que a instalação recente do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Defesa da Propriedade Intelectual poderá direcionar as ações de repressão à violação da propriedade.

Gustavo Leonardos defendeu o endurecimento das penas por violação aos direitos de propriedade intelectual, conforme consta do projeto de lei 7.066/02 - proposto pela entidade, que cria a figura de uma indenização punitiva por infrações aos direitos de propriedade intelectual e a reestruturação do sistema de concorrência (CADE, SDE e INPI - autarquia federal responsável pela concessão de marcas e patentes). O presidente da ABPI acredita ainda que a segurança em relação ao direito de propriedade permite a alocação de recursos voltados à inovação, o que acelera o crescimento econômico.

Também participaram do seminário, intermediado pelo presidente da comissão, deputado Gonzaga Mota (PSDB/CE), o presidente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial, Roberto Jaguaribe, o chefe da Divisão de Propriedade Intelectual do Itamaraty, Otávio Brandelli, e o deputado Edson Ezequiel (PMDB/RJ), relator do evento.



Da esquerda para a direita: Otávio Brandelli, Roberto Jaguaribe, Luiz Paulo Teles Barreto, o deputado Gonzaga Mota, Jorge Rachid e Gustavo S. Leonardos.

Agenda de propriedade intelectual no Congresso Nacional

O deputado federal Luiz de Gonzaga Fonseca Mota, presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio - CDEIC da Câmara dos Deputados, manteve com os associados da ABPI um diálogo sobre agenda de propriedade intelectual no Congresso Nacional e sobre a criação da Subcomissão Especial de Propriedade Intelectual.

Gonzaga Mota agradeceu a Alexandre Müller Buarque Viveiros, assessor legislativo da ABPI, "que me enviou o último boletim da ABPI, sobre o qual quero cumprimentar, senhor presidente, pela qualidade das matérias, e do que aqui expressa o *Boletim da ABPI*".

Gonzaga Mota destacou que, a seu ver, a questão da propriedade industrial é um dos temas mais significativos e importantes do momento, pela natureza, forma, maneira irreal com que determinadas pessoas, determinados países tratam desse assunto. Ele anunciou que a CDEIC promoveria dois eventos em dezembro, com relação à propriedade intelectual. No primeiro, haveria uma audiência pública na Comissão, com a presença do presidente Gustavo S. Leonardos, e para a qual estavam convidados o ministro da Justiça, Roberto Jaguaribe, presidente do INPI, e Jorge Rachid, secretário da Receita Federal. "Seria uma banca extremamente competente, conhecedora do assunto, e que poderia levar informações, inquietações e todo tipo de problemas inerentes ao setor de propriedade intelectual aos senhores deputados que deverão comparecer", avaliou o deputado.



Deputado Federal Luiz de Gonzaga Fonseca Mota

Agenda legislativa

Na sua gestão, a CDEIC criou três subcomissões especiais: a do Setor de Serviços, também responsável por parte significativa do PIB brasileiro; a da Competitividade; e a de Propriedade Intelectual. "O porquê disso", explicou, "é que precisamos fortalecer o Poder Legislativo." O presidente Gustavo S. Leonardos sugeriu a criação de um intercâmbio, uma agenda legislativa entre o Conselho de Combate à Pirataria e Defesa da Propriedade Intelectual, criada no âmbito do Ministério da Justiça, e a Subcomissão de Propriedade Intelectual da CDEIC. "Com isso, acredito que as coisas poderão chegar ao conhecimento do Legislativo de maneira mais eficaz. O Legislativo terá maior participação e vamos institucionalizar no Congresso um canal, para não ficar uma coisa aleatória." Segundo o deputado, será uma subcomissão especializada no assunto, pronta para o caso de haver algum problema da área da propriedade intelectual. "Se houver um projeto de lei a ser discutido, com a subcomissão, serão facilitados o trabalho parlamentar e o trabalho dos senhores e senhoras que tratam do assunto."

Os problemas do setor

Segundo Gonzaga Mota, a Câmara dos Deputados poderá agora, com essas subcomissões, concentrar esforços em questões prementes que o segmento enfrenta. Entre outras questões, citou as referentes a: exame de propostas de legislação encaminhadas pela sociedade; parecer de mérito e votação de projetos de lei de autoria de parlamentares, tecnicamente subsidiados para melhor compreensão dos problemas; ouvir, em cursos e seminários, especialistas brasileiros e estrangeiros, empresas, autores, professores e demais pessoas que possam contribuir para o enriquecimento do debate; promover estudos e pesquisas para avaliar a eficácia da legislação, pois esta precisa ser atualizada; propor a fis-



Da esquerda para a direita: Herlon Monteiro Fontes, Marco Lemgruber, Gustavo S. Leonardos, deputado Luiz de Gonzaga Fonseca Mota, Paulo Parente Marques Mendes, Rodrigo S. Bonan de Aguiar e Alexandre Müller Buarque Viveiros.

calização e o controle de órgãos do Poder Executivo; propor e participar de comissões parlamentares de inquérito, sobre fatos específicos e relevantes, "a exemplo da Comissão da Pirataria, que trouxe resultados e o assunto foi discutido exaustivamente", conforme comentou o parlamentar; propor e realizar comissões externas para averiguação de concorrências.

"Sendo feito tudo isso com articulação da ABPI, pelo Conselho criado ontem, e pela subcomissão, a criação de uma agenda legislativa ficaria mais fácil", afirma Gonzaga Mota. "É preciso ter atenção em outros pontos, com união de esforços, essencial para canalizarmos as demandas, utilizarmos recursos de que dispomos, auxílio técnico, a pressão constante sobre o Executivo."

A importância da propriedade intelectual

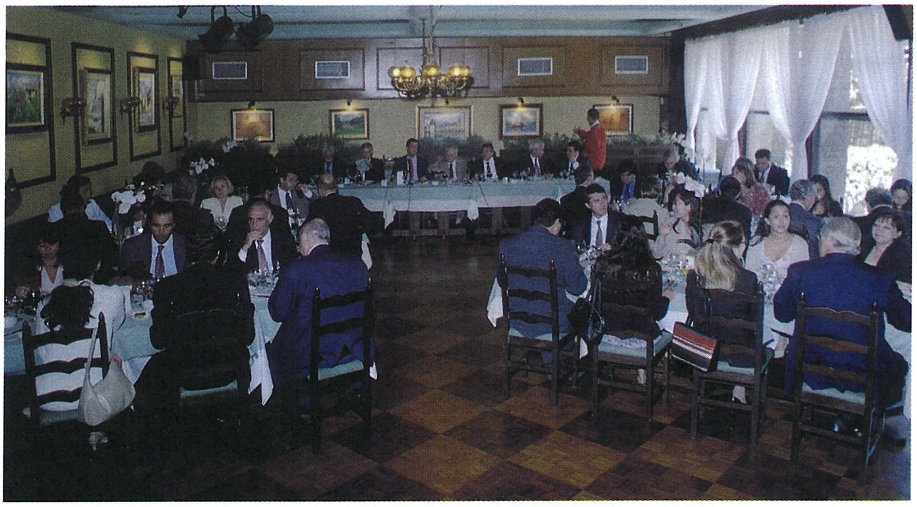
"Quero ressaltar a importância da questão da propriedade intelectual", disse o deputado, "e, acima de tudo, nosso compromisso de lutar pelo aperfeiçoamento do sistema brasileiro de propriedade intelectual. Podem ter a certeza de que esse compromisso do Legislativo será cumprido e eu falo pela Câmara dos Deputados, pela Comissão e pela subcomissão. Gostaria que as senhoras e os senhores nos vissem como parceiros na luta por um país que respeite a propriedade intelectual e, por conseguinte, um país economicamente mais desenvolvido, socialmente mais justo."

Pegar as boas idéias

"O que temos é de unir esforços e pegar as boas idéias e discutir com o Legislativo", prosseguiu Gonzaga Mota. "Hoje é o governo A, amanhã o governo o B, depois de amanhã o governo C. O importante é termos um Legislativo forte. O Legislativo hoje tem, numa análise técnica, duas funções: legislar e fiscalizar. Legislar, legislamos pouco, pois tem-se usado muito as medidas provisórias. Fiscalizar, fiscalizamos, mas hoje foi muito esvaziado o processo das CPIs. Por isso gostaria que os senhores fossem parceiros. Não estamos aqui saudando, não. Estamos pedindo. Não estou aqui fazendo média com os senhores. Criamos esta subcomissão para nos fortalecer também. Não queremos ser surpreendidos por uma medida provisória tratando de propriedade intelectual".

O deputado encerrou sua apresentação colocando-se à disposição e disse que criou a subcomissão dentro de uma visão de parceria. "Os senhores precisam do Legislativo, nós também precisamos dos senhores, para desenvolver com competência, com lealdade, com obstinação um projeto de propriedade intelectual que vise, acima de tudo, os interesses do Brasil."

O presidente da ABPI agradeceu ao deputado, "por ter aberto um canal de comunicação entre a ABPI e o Congresso Nacional. Vamos começar imediatamente a utilizar esse canal. O senhor pediu para ouvir alguns dos problemas que nos afligem."







Participantes no coquetel que precedeu a apresentação do deputado Gonzaga Mota sobre a agenda de propriedade intelectual no Congresso Nacional.







Debates

Sandra Leis - Acredito que o GIPI, o Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual, ainda existe e esteja em plena função. Qual seria a relação dessa comissão com o GIPI. Não haveria uma superposição?

Gonzaga Mota - Não. Estamos abertos a receber a agenda proposta pelo dr. Gustavo, do grupo recém-criado ontem.

Sandra Leis - Como os dois grupos tratam de propriedade intelectual, de repente poderia haver uma colaboração entre os dois com foco comum. Com relação a essa subcomissão criada, num momento decorrente das pressões norte-americanas, com relação ao SGP (*Sistema Geral de Preferências*). O senhor acha que a criação dessa subcomissão vá fazer "calar" o povo americano ou amenizar as pressões norte-americanas com relação ao SGP?

Gonzaga Mota - É difícil dizer que vai "calar" o americano. Acho que esse nosso relacionamento com os Estados Unidos - não só daqui, mas de toda a América Latina, pois eu sou secretário executivo do Parlamento Latino-Americano - tornaria mais fácil para nós essa proteção, se nós, latino-americanos, definíssemos. Eu vejo que essa comissão poderá ajudar a comissão ontem criada e o GIPI, nesse sentido. Queremos dar apoio a essas parcerias, porque precisamos fortalecer a propriedade intelectual no nosso país.

Luiz Leonardos - Não podemos cuidar de nenhum assunto e, no momento, muito menos da propriedade intelectual, sem levar em conta seu aspecto político. E será de fundamental importância o trabalho dessa subcomissão que vem de ser criada. Mas o senhor já corre um risco. O senhor mencionou que um dos trabalhos dessa subcomissão, os requisitos para seus resultados, seu sucesso, seria eficaz para a sua atuação. E é nessa eficácia que se enquadrariam as considerações não digo da fiscalização, mas a verificação das condições de eficácia dos órgãos relativos à propriedade intelectual. O primeiro ponto, sem dúvida, que às vezes se procura não dizer de público, em frente a autoridades ou em seminários, é que a situação do INPI é verdadeiramente catastrófica. Existem lá cerca de 500.000 processos que não atam nem desatam. O Brasil é um dos países que mais demoram para conceder um simples registro de marca. Talvez, com a interação entre a ABPI e essa subcomissão, pudesse despertar tanto na sociedade como no Congresso a atenção para esse governo da necessidade das medidas governamentais, pois o aspecto político da propriedade industrial é realmente importante e dá parâmetros para a sua atuação. Para combater a pirataria, é fundamental que os direitos existam, de modo que é fundamental que a marca tenha sido registrada ou a patente tenha sido concedida.

Gonzaga Mota - É muito interessante a sua colocação. Acho que poderíamos, em relação ao INPI, já entrar no processo de discussão no próximo dia 7, quando o presidente da ABPI vai ter ampla liberdade de falar, dizer o que quer. Ele vai ser um dos palestrantes. Esses 500.000 processos são algo inacreditável, 500.000 só de marcas. Do INPI, espero que esteja presente o dr. Roberto Jaguaribe. Eu não conhecia. Como acredito que 99% dos deputados da comissão não conhecem essa crise. Na medida em que ele faz uma denúncia dessa natureza, a própria comissão pode assumir e ser parceiro dos senhores na discussão com o INPI ou com quem for.

Rodrigo S. Bonan de Aguiar - O senhor mencionou que os trabalhos que lhe competem de legislar e fiscalizar não estão podendo ser executados, por causa de dificuldades.

Gonzaga Mota - Estamos com muitas dificuldades, porque nosso sistema de fiscalização são as conhecidas CPIs. Essas CPIs não estão sendo sequer instaladas.

Rodrigo S. Bonan de Aguiar - Minha pergunta se refere ao que o senhor comentou sobre não ser surpreendido com medidas provisórias ou outra forma que possa atrapalhar. Mas fomos surpreendidos há dois anos, em relação à nossa lei específica, por uma medida provisória que veio na época do ministro Serra, no sentido de fazer uma mudança na lei e que trouxe conseqüências práticas e políticas e também jurídicas. Se isso tivesse ocorrido agora, com a criação da subcomissão, como é que nós, como sociedade organizada, poderíamos ter o apoio, a colaboração e a eficácia da subcomissão?

Gonzaga Mota - Caberia ao presidente da ABPI procurar o presidente da comissão e o presidente da subcomissão, e marcar uma audiência pública, para discutir o assunto. É o que eu digo, criamos um canal institucional que você não tinha há dois anos. Você tinha o GIPI, mas não é canal. Hoje tem o canal institucional. Esse problema da Anvisa teria de ser denunciado. E os parlamentares poderiam ter tomado conhecimento. Porque foi feita a medida provisória e nem tomamos conhecimento. Quando falei em fortalecimento do Legislativo, com o Gustavo, é nesse sentido. Lá é a casa onde vocês devem procurar. Vamos atuar de forma integrada com esse Conselho criado ontem, através de uma agenda legislativa como você sugeriu, para que não nos surpreendamos com uma medida provisória que venha da noite para o dia.

Custódio Afonso Torres de Almeida - Gostaria de tocar em dois assuntos. Está começando a haver conscientização na sociedade, inclusive, na casa eminentemente política que o senhor representa, e não existe um país econômica e socialmente desenvolvido se não tivermos a propriedade intelectual desenvolvida e devidamente respeitada. O segundo é que não existe a possibilidade de implementar a exportação se a propriedade industrial não for devidamente respeitada, registrada e levada a sério. Esses dois pontos são fundamentais para que, através da subcomissão, essa cultura da importância da propriedade intelectual se dissemine em toda a sociedade brasileira, em todos os seus níveis. Sobre o INPI, quero colocar que a solução não é técnica nem administrativa. É eminentemente política. Problemas no INPI existem há décadas. Não é por falta de recursos,

porque ele é superavitário, nem é por falta de técnicos. É falta de vontade política. Já que o senhor representa a casa política do nosso país, o poder político, acho que é fundamental que o INPI fique com os recursos gerados pelos seus serviços prestados aos seus usuários. São recursos suficientes para estruturar o INPI, com o número de funcionários e técnicos para desempenhar o seu papel. E o INPI, tendo esses recursos, não ficando a fundo perdido no Tesouro Nacional, terá os meios materiais necessários para desenvolver aquilo que é legalmente a sua obrigação. O INPI, voltando a desempenhar o seu papel e a sua obrigação legal, já estará dando uma grande contribuição para que a gente alcance os objetivos que citei antes.

Gonzaga Mota - Você tem toda a razão. Isso tudo poderia ser objeto de um projeto de lei concebido dentro da comissão e levado à Câmara. Acho que, já que o senhor falou que no INPI o problema é eminentemente político, ele tem bons técnicos, tem dinheiro. Então estamos chegando, tardiamente. Mas nunca é tarde quando se tem uma boa intenção. Eu peço ao Gustavo que, no dia do seminário, que vai ser muito importante para eu poder atender uma sugestão como a sua, feita há pouco, levantasse esses problemas. É importante que outros parlamentares saibam. Estou ouvindo muita coisa pela primeira vez e sugiro que o Gustavo leve essas sugestões à casa legislativa.

Gustavo S. Leonardos - Agradeço mais uma vez, pela abertura e estabelecimento de um canal entre a ABPI e a Câmara dos Deputados. Certamente, no dia 7 vou levar alguns desses problemas. Temos de trabalhar de uma forma permanente, não só no dia 7. Peço ao deputado alguns minutos após o almoço para começar a trabalhar em alguns projetos que estão pendentes.

Notas

1º Prêmio de Criatividade contra a Pirataria

O presidente da ABPI participou da cerimônia da entrega dos prêmios

O concurso promovido pela Universidade Estácio de Sá - RJ, do I Prêmio de Criatividade contra a Pirataria, iniciativa do deputado Júlio Lopes, vice-presidente da CPI da Pirataria, com apoio da ABPI, já premiou os vencedores indicados pela comissão julgadora integrada por representantes da Fischer Almeida: Marisa Toste, diretora de conta, Sérgio Carvalho, diretor de arte, Denise Rodrigues, supervisora de conta, e Romeu Loures, redator. O presidente Gustavo S. Leonardos participou da cerimônia da entrega dos prêmios.

Na categoria mídia eletrônica, os premiados foram: 1º lugar, "Viu Só", de Fábio José Belas; 2º lugar, "Vermes Urbanos", de Hugo Leonardo de Souza; e 3º lugar, "Evite Constrangimentos", de Carla de Moraes.

Na categoria mídia impressa, os premiados foram: 1º lugar, "A Marca", de Tiago Ângelo Miazaki; 2º lugar, "Código de Barras", de Diogo Magalhães Machado Fagundes; e 3º lugar, "Pirataria, uma Questão de Cultura", de Rodrigo Teixeira Vaz.

Prova de propriedade industrial pode ser facilitada

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei 3.378/04, da Comissão de Legislação Participativa, que acrescenta dispositivos à Lei de Propriedade Industrial (lei 9.279/96) para regulamentar a prova de crimes previstos na legislação.

O deputado André de Paula (PFL-PE), presidente da Comissão de Legislação Participativa, disse que o projeto foi sugerido pela ABPI para resolver controvérsias que dificultam a defesa da propriedade imaterial na Justiça brasileira. "A proposta determina que, ao ajuizar a ação penal, sua comprovação seja possível não apenas com o certificado de registro, cuja confecção é demorada, mas também com outros documentos oficiais aptos a comprovar a titularidade do direito", afirma.

Em ações judiciais sobre crimes contra marcas, patentes e desenhos industriais, o ofendido poderá provar a titularidade do direito, de acordo com o texto, também por meio de carta patente, por certidão emitida pela autoridade competente para a concessão do direito ou por cópia da publicação da concessão do direito. No caso de crime de concorrência desleal, não será exigida, para a prova do direito, a apresentação de carta, certificado, requerimento, publicação ou qualquer outro documento emitido ou publicado por autoridade ou órgão oficial. O projeto define ainda que o prazo de trinta dias para a apresentação da queixa-crime começa a ser contado da intimação da homologação do laudo pericial, e não mais da homologação do laudo. A proposta será analisada ainda pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e pelo Plenário. *Agência Câmara/DF* (22 de novembro de 2004).